



Exmos senhores representantes do Corpo Diplomático e dos Organismos Internacionais

Exmos senhores representantes dos partidos políticos

Exmas autoridades civis e religiosas

Caros convidados

Caros delegados à V Convenção do MpD

Caros militantes e amigos do MPD

Senhores profissionais da comunicação social

Minhas senhoras e meus senhores

Antes de mais quero dar as boas vindas a todos e agradecer aos nossos convidados pela sua presença aqui, que muito nos alegra, nos honra e nos dignifica.

Quero também agradecer especialmente a todos os militantes e amigos que, não vendo a horas e a sacrifícios pessoais e familiares, prepararam esta Convenção, entregando-se de alma e coração a essa tarefa.

Uma palavra de especial agradecimento, em nome de todo o partido, aos membros da Comissão Eleitoral Nacional do partido, escolhidos por consenso de todos os membros da Direcção Nacional e presididos pelo Dr. José Tomás Veiga, pelo dedicado e excelente trabalho que realizaram, assegurando a organização independente, rigorosa e isenta do processo de eleição dos delegados a esta Convenção.

Minhas senhoras e meus senhores

Dez anos atrás, em Junho de 1990, começamos a trilhar o caminho que nos iria conduzir à liberdade e à democracia.

Dez anos atrás, percorrendo as ilhas, ajudamos a acalantar a esperança numa vida de liberdade e progresso. A esperança, inicialmente pequena e

tímida no coração da nossa gente, iria crescer até a sua explosão na alegria e na certeza do 13 de Janeiro.

O Movimento para a Democracia (MpD) constituiu-se nesses meses quentes de 1990. Casa a casa, cutelo a cutelo, ribeira a ribeira, ilha a ilha, da Brava a S. Antão, mulheres, homens e crianças juntaram-se e fizeram nascer o MpD, o partido da mudança e do desenvolvimento.

As nossas comunidades emigradas, em todos os continentes, sentiram que tinha chegado a hora de pôr um fim definitivo ao regime opressor do partido único. Pessoalmente ou através dos familiares nas ilhas, os nossos emigrantes manifestaram a sua solidariedade para com o movimento do povo e participaram para que Cabo Verde finalmente fosse o país da Liberdade e da Democracia.

Hoje vivemos um outro grande momento: o fim da transição democrática.

A transição terminou porque cumprimos:

- ◆ Cumprimos com o estabelecimento do primado da Lei no país
- ◆ Cumprimos com a consagração dos direitos fundamentais dos cidadãos
- ◆ Cumprimos com a instauração do Estado de Direito Democrático
- ◆ Cumprimos com a criação e a consolidação dos órgãos de soberania e das instituições da República
- ◆ Cumprimos com a defesa da independência dos tribunais
- ◆ Cumprimos com a descentralização no país e a criação da democracia local
- ◆ Cumprimos com a criação das condições para a emergência de uma Comunicação Social Livre
- ◆ Cumprimos com a promoção de uma sociedade civil crítica e actuante

A transição em Cabo Verde também terminou porque soubemos extrair o país da estagnação económica dos fins dos anos oitenta. O falhanço completo

do modelo ou modelos económicos do partido único ameaçava a queda em espiral do nível de vida das populações e eventualmente o colapso económico e social do país.

Em 90 prometemos ao povo cabo-verdiano que faríamos a reestruturação da economia nacional ; que para muito longe seria afastado o espectro da degradação da qualidade de vida dos cabo-verdianos; que, finalmente; entrariamos no caminho que conduziria ao progresso sustentável.

Cumprimos!

- ◆ Restabelecemos os equilíbrios macro-económicos do país.
- ◆ Estabilizamos os preços e eliminamos a escassez de produtos no mercado
- ◆ Fomos bem sucedidos em atrair investimento externo, precavendo-nos, entre outras coisas, da diminuição do fluxo de divisas derivado da ajuda internacional ;
- ◆ Soubemos engajar parceiros estratégicos importantes em sectores chaves como telecomunicações, energia, combustíveis e banca ;
- ◆ Reduzimos o desemprego e aumentamos substancialmente o emprego, duplicando e mesmo triplicando em todas as ilhas o número de segurados na Previdência Social.
- O sector privado local e de exportação de bens e serviços tornou-se o principal motor de criação de emprego.
- ◆ Aumentamos, no orçamento do estado, para mais de 40% as despesas com a área social, particularmente nos sectores chaves da educação e da saúde.

Hoje Cabo Verde é diferente. Inicia a primeira década do terceiro milénio com uma outra confiança e com uma outra segurança. Ninguém já se lembra das baixas expectativas e quase resignação com que entrámos na década de noventa.

O fim da transição em Cabo Verde é de um extraordinário significado para o MpD.

Minhas senhoras e meus senhores

Nesta V Convenção podemos proclamar que o Movimento para a Democracia, MpD, cumpriu o papel histórico que lhe foi dado em 1990 : A esperança e a confiança no futuro renasceram na nossa terra.

Compreender a dimensão histórica da acção do MpD é fundamental para nós, para as presentes e para as futuras gerações. Só com a perspectiva certa do que se passou nos fins da década de oitenta e nos primeiros anos de noventa poderemos avaliar os esforços e sacrifícios feitos, a urgência e indispensabilidade do realizado no país e, particularmente, o quão nos ultrapassava o muito que nos acontecia !

De facto, o MpD é a expressão cabo-verdiana da vaga democrática que vinha varrendo o mundo desde da Revolução do 25 de Abril de 74 em Portugal : a vaga democrática que ao longo dos anos ganhou energia e que, na sequência do desmoronar do comunismo e da queda do Muro de Berlim em 1989, destruiu a generalidade das ditaduras de esquerda e de direita em todos os continentes.

Do despertar da sociedade civil cabo-verdiana, após longos quinze anos de regime totalitário, resultou o MpD. Emergente no seio da vaga democrática que assolava o mundo, o MpD, em Cabo Verde, consubstanciou os seus elementos determinantes no seguinte :1º, a consciência universal de que a liberdade do homem e dos povos só acontece com a democracia e na democracia; 2º a certeza de que o desenvolvimento económico sustentável passa pela criação, expansão e regulação de uma economia de mercado.

Por ser portador dessas verdades universais, o nosso movimento, o MpD, conseguiu uma extraordinária abrangência, unindo gente de todas as avenidas da vida e de todos os pontos do país e tornando-se no único e genuíno movimento popular na história de Cabo Verde. As duas eleições livres e pluralistas de Janeiro de 1991 e de Dezembro de 1995 confirmaram isso mesmo, inequivocamente.

Nessas duas eleições fomos mandatados para enfrentar três grandes desafios:

- O desafio de construção da democracia numa terra que nunca conheceu tal sistema político;
- O desafio de construir a economia num país arquipélago, com uma população reduzida e não integrado em espaços económicos dinâmicos;
- O desafio de introduzir a modernidade numa sociedade virada para dentro e presa nas malhas de uma ideologia totalitária.

Lançámo-nos na luta para vencer esses desafios com a preocupação central de evitar sobressaltos na sociedade caboverdiana, de assegurar a estabilidade do processo político e de manter o envolvimento do maior número possível de cidadãos e de organizações da sociedade civil.

Conseguimos! Mas não foi sem custos.

Assim,

- Vivemos e progredimos, hoje, num ambiente político de liberdade, fruto do esforço de instauração e consolidação de um sistema democrático.
- Aprovamos a Constituição democrática e as principais leis da república . A estabilidade e a segurança que daí resultam^{an} tem sido propícia à busca colectiva do desenvolvimento humano e sustentável e a uma crescente consciência social e confiança no futuro.
- Esforçámo-nos para garantir a estabilidade macro-económica do país, que se vinha deteriorando desde pelo menos 1987. Saneámos a dívida publica interna com a constituição do *trust fund* que, quando completo,

permitirá ao país manter uma reserva permanente de 180 milhões de dólares. Reforçámos a confiança de investidores internos e externos na economia cabo-verdiana garantindo a estabilidade e a convertibilidade do escudo cabo-verdiano.

- Promovemos a aprovação de uma nova lei de bases do orçamento na qual se estabeleceu os limites ao endividamento público e ao financiamento do deficit orçamental e se reafirmou a vontade de uma luta permanente anti-inflação.
- Realizámos o grande objectivo da descentralização com o renascer do municipalismo em Cabo Verde. As eleições autárquicas de 1991 inauguraram uma nova era. As comunidades e ilhas passaram a ver os seus assuntos dirigidos por órgãos por eles directamente eleitos. A experiência municipal tem sido extraordinária, não obstante falhas que vão se manifestando. Todos nós no MpD devemos estar orgulhosos desta vasta experimentação de auto-administração que vem tendo lugar em todos os pontos do país. Interessa que identifiquemos as dificuldades, os erros mas também as pistas para fazer mais e melhor e, com esse conhecimento, aprofundarmos a experiência da democracia local nas ilhas.
- Reestruturámos o sector empresarial do Estado com os objectivos
- de eliminar a carga, presente e futura, representada pelas dívidas acumuladas pelo sector; de atrair investimento externo e criar outras avenidas de aplicação de capitais domésticos; de procura de parcerias estratégicas com vista à inserção dinâmica do país na economia mundial;
- de incentivar transferências de tecnologia e de técnicas de gestão;
- de desenvolver o sector privado nacional; de introduzir uma maior dinâmica no mercado de trabalho; de introduzir uma maior complexidade no tecido empresarial.
- Modernizámos e desenvolvemos as infra-estruturas e os sistemas de telecomunicações e de produção e distribuição de energia eléctrica. Realizámos importantes investimentos nas áreas portuária, aeroportuária e rodoviária em todas as ilhas no quadro de unificação do mercado

interno e de potenciação das vocações das ilhas no campo interno e externo.

- Implementámos um programa de electrificação que engloba todas as comunidades, rurais e urbanas, com condições de sobrevivência económica, elevando a qualidade de vida das pessoas e abrindo outras possibilidades e opções às iniciativas empresariais locais, nacionais e/ou estrangeiras.
- Executámos um programa de cobertura completa do país em telecomunicações que garante a ligação de qualquer ponto do país com o mundo e oferece os serviços mais modernos encontrados nos países mais avançados. .
- Colocámos o indivíduo em primeiro lugar, fazendo da educação a prioridade das prioridades. Instituímos e aumentamos em mais dois anos o período de escolaridade básica obrigatória e desenvolvemos o ensino secundário, criando liceus e escolas técnicas em todas as ilhas. Promovemos a formação profissional e lançamos as bases para o desenvolvimento do ensino superior.
- Reforçámos a qualidade da intervenção do estado no domínio da saúde pública. Hoje existe uma melhor e mais equitativa ~~de~~ cobertura médica, hospitalar e de outras infraestruturas sanitárias. Melhoramos significativamente as condições de diagnóstico e de cura e investimos imenso na prevenção de doenças e no apoio à saúde da população vulnerável, particularmente das crianças.
- Pusemos em prática um programa de saneamento básico e de abastecimento em água potável que cobre todos os centros urbanos do país, principais e secundários. Esse vasto programa, uma vez concluído, garantirá uma adequada resposta à produção, transporte e distribuição de água, e permitirá a todos os residentes desses centros, particularmente aos mais pobres, ter acesso real à água potável.
- Implementámos um programa de habitação, que incide no incremento da oferta da habitação económica, na promoção da melhoria do habitat das

famílias que residem nas áreas rurais e na promoção da oferta da habitação social

- Construimos infraestruturas de apoio à actividade cultural, desportiva e de lazer em todo o território nacional. Promovemos acções de cultura que contribuíram em boa parte para o eclodir da actual efervescência cultural e que potenciaram positivamente a curiosidade e o reconhecimento nacional e internacional que vem gozando a música, a arte e a literatura caboverdianas. Garantimos a cobertura radiofónica e televisiva de todo o país, bem como o acesso de todos a uma informação plural.
- Fizemos baixar a taxa de desemprego, não obstante, a acumulação de factores adversos, como anos consecutivos de seca e o encerramento de fronteiras à emigração. A conjugação de políticas na atracção do investimento externo, na educação e formação profissional dos jovens e no desenvolvimento do sector privado nacional acabou por surtir o efeito de criação do emprego sustentável a prazo.
- Pela primeira vez na história, assistimos ao aparecimento de postos de trabalho provocada essencialmente pelo esforço de acumulação e investimento local, tanto de nacionais como de estrangeiros. Satisfaz-nos particularmente saber que esse surto de emprego tem beneficiado as jovens mulheres da nossa terra.
- Acabámos com as situações de escassez dos produtos básicos e assegurámos as condições indispensáveis à implementação de uma política de segurança alimentar. As medidas tomadas, nomeadamente nos domínios da liberalização do comércio, da estruturação e normalização da actividade comercial, e da realização dos pressupostos de uma sã e justa concorrência entre os agentes económicos, beneficiaram extraordinariamente os consumidores. Hoje o consumidor caboverdiano depara-se com um mercado absolutamente novo em termos de qualidade, disponibilidade e diversidade de produtos que procura. A expectativa de estabilidade de preços confirma-se, ano após ano, demonstrando o sucesso das nossas políticas e das medidas de contenção da inflação. Combater a inflação é combater um imposto

escondido aplicado indiscriminadamente a todos , com especial incidência nos indivíduos de mais fraco rendimento.

- Tornámos a luta contra a pobreza uma preocupação central da sociedade cabo-verdiana em nome da indispensável coesão e solidariedade social. Pretendemos com o programa de luta contra pobreza colocar cada caboverdiano a um nível que lhe permita aproveitar as oportunidades, criadas pela economia, em igualdade de circunstâncias. Um outro nosso objectivo é diminuir a dependência de indivíduos e comunidades face ao estado. Daí a focalização das acções no desenvolvimento de actividades produtivas de iniciativa, individual ou colectiva, capazes de gerar rendimentos futuros e garantir às pessoas a liberdade e a autonomia pessoais indispensáveis à condição de cidadãos livres e de agentes económicos activos e não avessos ao risco.

Em tudo o que realizámos, orientamo-nos pelo nosso princípio, sempre reiterado, de desenvolvimento económico e social equilibrado. Não esquecemos também as medidas concretas de política sócio-económica a serem tomadas com o objectivo de reduzir as assimetrias no país, entre, por um lado, as zonas rurais e as urbanas e, por outro, as diferentes ilhas.

Como resultado da nossa governação, Cabo Verde tem conhecido um surto de desenvolvimento sem precedentes na sua história, beneficiando todos os estratos sociais e todas as regiões e ilhas do país.

Minhas senhoras e meus senhores

Conseguimos enfrentar com sucesso os desafios do país, poupando-o à instabilidade política e às perdas de rendimento pessoal que mostraram ser regra nos processos de democratização e nas economias de transição. Cabo Verde teve governos que duraram uma legislatura completa e nunca teve anos de crescimento zero ou negativo. Pelo contrário. Tem crescido a médias de 5 a 8 por cento ao ano ao longo da década.

O mesmo não se passou nos países que ao mesmo tempo que nós iniciavam a tarefa de democratizar e de reestruturar a economia ou outros que, no passado, passaram por esse mesmo processo. .

Quantos governos tiveram países como Portugal, a França da IV República, a Polónia, a Hungria e a Rússia, só para citar alguns, nos primeiros dez anos ? Que dizer dos anos de crescimento económico negativo que se verificaram em muitas economias do Leste europeu no processo de reestruturação da economia estatizada que receberam ?

Nós fomos afortunados, porque o povo, na sua sabedoria, soube premiar o esforço de todos nós em manter o MpD unido mas suficientemente focalizado para realizar o essencial do seu mandato. E isso, não obstante as dificuldades e as tensões incontornáveis no processo, derivadas inelutavelmente da complexificação da sociedade caboverdiana e, portanto, de emergência de interesses nem sempre conciliáveis.

O povo foi sábio porque não podemos esquecer que o partido que incarnou o regime, detestado e rejeitado pelo povo caboverdiano, se manteve entre nós, como principal força de oposição, cioso do seu passado sem nenhum sinal de arrependimento :

- Sem nenhum arrependimento pela liberdade que sonegou aos caboverdianos no dia seguinte à independência nacional ;
- Sem nenhum pedido de desculpas pelos males e angústias causados a indivíduos e famílias nos diferentes pontos do país;
- Sem nenhum reconhecimento e contrição pelas políticas erradas desenvolvidas durante anos no país e que já se tinham mostrado fracassadas em muitos outros países ;

- Sem nenhuma humildade perante derrotas eleitorais sucessivas que lhe sinalizavam a existência de factores profundos de rejeição, preferindo acreditar em conspirações ou panfletos como causas dessas derrotas;
- Sem nenhum pejo em fazer circular os rumores mais absurdos contra Cabo Verde no país, na emigração e em países e organizações estrangeiras.
- Sem nenhum pudor em fazer acreditar aos seus militantes que, se chegar ao poder, irá restaurar os símbolos de um regime político que sabe condenado no mundo inteiro e rejeitado pelo povo cabo-verdiano.

Não obstante a teimosia e a persistência do partido que não aprende e disfarça muito mal a sua natureza profunda, o país está seguro com as suas leis, as suas instituições, a sua sociedade civil e a comunicação social livre e, principalmente, com o seu povo alerta. .

O país está seguro também porque o MpD está vivo e são. O MpD, cumprido o seu papel histórico, está naturalmente a ocupar o seu papel no sistema político cabo-verdiano, ciente de ainda ser de facto a única força política que incarna a mudança, o desenvolvimento e a modernização do país.

Os acontecimentos do último ano constituem a factura paga para nos mantermos como o partido da mudança e do desenvolvimento. A extraordinária abrangência do MpD, reunindo personalidades diversas, foi mantida durante dez anos mas à custa de muitos sacrifícios: Coisas que deveriam ter sido feitas e não foram, outras cujo tempo próprio passou, outras ainda incontornáveis mas por que dasajustadas no tempo custaram mais do que previsto.

Este é o outro lado da estabilidade política de dez anos e de uma reforma económica quase sem dor.

Minhas senhoras e meus senhores

Cabo Verde existe como país independente há vinte e cinco anos. Na condução da sua economia vários modelos foram experimentados, várias estratégias foram seguidas, multiplas medidas foram tomadas. O resultado líquido disso foi extremamente negativo no que concerna a três aspectos fundamentais: não resolveu o problema do desemprego estrutural do país; não criou as condições para libertar o país da dependência da ajuda externa; não construiu uma base produtiva nacional.

Logo a seguir à independência nacional o país foi fechado sob si mesmo. Era a opção autárquica de desenvolvimento feita pelos dirigentes de então numa lógica pura de poder absoluto. Também recusaram o investimento externo em nome da luta pela independência económica e contra o neocolonialismo. Nacionalizaram várias empresas privadas e estabeleceram o monopólio do estado em vários sectores da economia, sob a bandeira da luta de classes e do controle que a elite governante devia ter sobre tudo e sobre todos.

A injeção de recursos pela via da ajuda externa, bastante substancial nos primeiros anos após a independência, aumentou o rendimento da população e alterou substancialmente a sua qualidade de vida. Com isso criou-se a ilusão de que as políticas económicas funcionavam. Nada mais errado. Passados treze anos, em 1988, o governo de então assumiu em pleno o fracasso das suas políticas.

A partir daí,

- Foi o fim do desenvolvimento autárquico. Iniciou-se a extroversão económica.
- Foi a assunção das terríveis limitações da política de substituição de importações, num pequeno país e, por mais, de população reduzida. As exportações entraram na ordem do dia.

- Foi a descoberta da incapacidade interna de autofinanciamento e das limitações do crédito multilateral. Em consequência, virou-se para a atracção do investimento externo.
- Foi o reconhecimento das limitações do Estado como agente económico. Procurou-se activar o sector privado.

Cabo Verde oficialmente e a partir de 1988 passou a saber o que já há muito era evidência mais do que clara em todo o mundo. **Economia estatizada + industrialização de substituição de importações + restrição de investimento externo - iniciativa privada = estagnação económica e financeira** A derrocada, após anos de estagnação, das economias da União Soviética e dos países do leste europeu no ano seguinte de 1989 veio indubitavelmente acabar de provar isso.

Quer dizer que nós em Cabo Verde já sabemos o que não devemos fazer. Durante a nossa curta história experimentamos fórmulas de desenvolvimento que não resultaram. Essas fórmulas estão devidamente identificadas. Não há que repeti-las.

A vida ensina-nos que quem aprende com os erros e não os repete cresce e aprende. Quem teima em cometê-los fecha-se num círculo vicioso altamente destrutivo.

Muitos dessas personalidades que nunca aprendem, esquecem-se, por exemplo, que se hoje se privatiza é porque ontem se nacionalizou e se estatizou. Se agora se faz tudo para atrair investimento externo é porque outrora viram-se hostilizadas as intenções de investir em Cabo Verde. Se actualmente é de se pôr um grande esforço na promoção da iniciativa privada é porque temos um passado de marginalização do sector privado e de supressão do espírito criativo, inovador e adepto de correr riscos.

O que aconteceu ontem sabemos todos. Além do que foi feito ter sido incompatível com a liberdade e a democracia, a verdade nua e crua é esta: não funcionou. Hoje a abordagem é outra e há sinais positivos claros de que está a resultar.

Totalmente irresponsável, pois, é o facto de forças políticas arregimentadas na sociedade cabo-verdiana persistirem em oferecer ao povo cabo-verdiano fórmulas já experimentadas e claramente inadequadas. Parte da nossa luta no país e no nosso seio tem-se concentrado na não repetição dos erros do passado. O país é demasiado frágil e não há espaço para manobras. Não pode evitar erros no futuro mas, pelo menos, os do passado sentimo-nos politicamente e moralmente responsáveis em evitá-los a todo o custo.

Hoje estamos a ser assediados pelas forças que insistem em repetir o passado em nome de expressões sonantes mas sem significado. O homem e a mulher cabo-verdianos querem que se lhes crie oportunidades, que se lhes dê emprego, sem lhes cortar a liberdade e sem que fiquem a dever favores.

É isso que estamos a fazer e que na próxima legislatura certamente será o nosso objectivo principal !

Minhas senhoras e meus senhores

Os extraordinários avanços conseguidos por Cabo Verde, durante os dez anos da nossa governação, não nos devem fazer perder de vista os grandes desafios que, sobretudo hoje, se colocam ao nosso país.

No mundo em processo rápido de globalização, todos os países, independentemente das suas especificidades, - localização, população, natureza insular, costeira ou interior e a dimensão da sua economia -, todos, estão sujeitos às mesmas exigências fundamentais para se lançarem no caminho de um desenvolvimento seguro e sustentado: primeiro, o respeito

pelas leis da propriedade e pelas leis contratuais, o primado da lei, o estado de direito democrático; segundo, o equilíbrio dos principais indicadores macro-económicos, designadamente a nível fiscal e a nível monetário; terceiro, uma população escolarizada e facilmente passível de ser profissionalmente formada; quarto, a prevalência na sociedade de um espírito aberto à inovação e ao risco.

Os desafios da modernidade põem-se com especial acuidade em Cabo Verde. Somos um pequeno país arquipélago, de população extremamente reduzida, não inserido em espaços económicos naturais de grande dinamismo e desprovido dos recursos naturais para o arranque inicial. Porém, os tempos actuais, de globalização e de emergência da nova economia do conhecimento, paradoxalmente neutralizam grandemente os constrangimentos encontrados nos pequenos países e nas pequenas economias.

É a grande oportunidade histórica para Cabo Verde.

Os dez anos da nossa governação do MpD foram anos de transição. Colocamos o país na posição de aproveitar as extraordinárias possibilidades actuais de acertar o passo com o mundo. Evitamos a exclusão e a marginalização económica e as terríveis consequências que adviriam de se ficar preso na miragem da ajuda externa. . Importa neste momento que não descansemos debaixo da proverbial bananeira e com a consciência da obra recém-iniciada abraçemos os desafios que se nos impõem.

Minhas senhoras e meus senhores

Neste momento de viragem na vida do país e do MpD temos pessoalmente a consciência do dever cumprido.

Mas este é um momento duplamente triste para mim. Em primeiro lugar, porque no decurso desta Convenção despeço-me dos militantes do MPD, enquanto Presidente. Após cerca dez anos no exercício dessas funções, é tempo para o render da guarda. Tive a oportunidade de o dizer públicamente há mais de um ano, quando anunciei a minha saída.

Dez anos de convívio, de lutas, de vitórias e de derrotas, deixam as suas marcas na vida de um homem. E nestes dez anos, aprendi muito.

Aprendi a conhecer melhor os homens quando confrontados com o exercício do poder; apreciei a amizade desinteressada e pude identificar a falsa amizade; tive a oportunidade de conhecer profundamente Cabo Verde e os seus problemas ; dei o melhor de mim para ajudar a resolver os inúmeros problemas do país; fiz coisas certas e cometi erros; criei amizades e desamizades.

Mas em todos os momentos destes últimos dez anos, todos os meus actos foram guiados por um único propósito : contribuir para o bem de Cabo Verde. Nada mais procurei.

O momento é também de tristeza porque tenho a consciência das dificuldades presentes do MPD. Vivemos um período de crise interna, em tudo semelhante ao que enfrentámos em 1994, experiência traumatizante para o MPD.

E a repetição da mesma experiência, cinco anos depois, é ainda mais dolorosa do que a primeira.

Contrariamente ao que vem sendo dito até à saciedade por aqueles que nos querem destruir, tudo fizemos para preservar a unidade do Partido.

Mantivemo-nos sempre silenciosos perante ataques e acusações públicas totalmente infundadas e as mais das vezes inventadas, vindas do interior do Partido;

Conservámos a calma e a serenidade perante atitudes e comportamentos que visavam condicionar a nossa acção como Primeiro Ministro e pôr-nos em causa pessoalmente;

Tentámos várias vezes soluções de compromisso e a obtenção de consensos.

Mas de modo nenhum aceitámos vergarmo-nos face aos diktats, às ameaças, aos boicotes, às chantagens, e ao maquiavelismo daqueles que querem chegar ao poder por quaisquer meios. Nunca nos vergámos perante as dificuldades da governação ; assumimos o que de positivo e negativo fizémos, mas em circunstância alguma cedemos a chantagens e ameaças.

As dificuldades do presente não são, porém, suficientes para nos desanimar. O MPD tem a força anímica suficiente para ultrapassar a situação actual e emergir com mais força e determinação para os embates que se avizinham. É esse o papel dos delegados a esta Convenção. Mobilizar os recursos em força anímica para prosseguir o combate e enfrentar mais esse desafio.

Peço a paciência dos senhores delegados, para me referir, ainda que de forma ligeira, àqueles que, tendo decidido abandonar o Partido por não terem atingido os seus objectivos, nos querem dar lições de ética política e de democracia.

Que lições de ética política podemos nós receber de quem tudo fez para boicotar a campanha eleitoral do próprio Partido a que pertencem, unicamente com o propósito de retirar dividendos políticos da derrota do MPD, e surgir aos olhos dos militantes como o salvador do Partido?

Que lições de ética política podemos receber de quem reteve conscientemente, em vésperas do início da campanha eleitoral, o pagamento de salários ao pessoal das fainas, apesar de ter recebido todos os fundos necessários, com o único propósito de criar insatisfação e prejudicar o seu próprio Partido, para depois se apresentar como o salvador desse Partido?

Que lições de ética política e de democracia podemos receber de quem conscientemente, deu indicação de voto contra o seu próprio Partido, apenas para depois aparecer como o salvador desse Partido?

Que lições de ética política e de democracia podemos nós receber de quem conscientemente forja provas falsas com o único objectivo de atingir e destruir um adversário político?

Que lições de ética política e democracia podemos nós receber de quem utiliza a técnica da terra queimada contra o seu próprio Partido, ao ver os seus intentos gorados?

Como aceitar lições de ética política de quem não tem escrúpulos em atingir gratuitamente o bom nome e a honorabilidade de adversários políticos, unicamente porque o seu objectivo é destruir as pessoas?

Como aceitar lições de ética política e democracia de pessoas que, a coberto do exercício das suas funções, utiliza documentos falsos para tentar incriminar adversários políticos?

E que lições de boa gestão podemos nós receber daqueles que, tendo desempenhado funções e ocupado cargos em que podiam demonstrar a sua capacidade para fazer a boa gestão que apregoam, demonstraram afinal exactamente o contrário ?

Como aceitar as lições daqueles que nos querem ensinar como fazer política social, mas que exerceram funções e tiveram a oportunidade de pôr em prática as suas ideias, e no entanto foram incapazes de o fazer?

Como podemos aceitar acusações de censura à comunicação social quando são precisamente os que nos acusam que estão todos os dias, sistemáticamente, na comunicação social a atacar-nos?

Como podemos aceitar lições de ética política e de democracia de quem, conscientemente, coagiu e incitou militantes a não participarem nas recentes eleições em Núcleos na Praia, onde sabiam não ter a maioria, para depois vir denunciar a ausência de participação nesses mesmos Núcleos ?

Como podemos aceitar lições de ética política e de democracia daqueles que usaram do bairrismo e regionalismo mais soez e obscurantista para combater adversários políticos ?

A esses que nos querem dar lições de democracia e ética política, praticando exactamente o contrário do que dizem, sugerimos que sejam coerentes e que sigam o seu caminho, mostrando na prática aos caboverdianos o que realmente entendem por democracia e ética política.

No que nos concerne, não damos nem pretendemos dar lições de ética política ou de democracia a quem quer que seja. Limitamo-nos a cumprir com tenacidade e consciência o mandato que nos foi atribuído.

Aos senhores delegados e aos militantes do MPD, sugiro que sigam o vosso caminho, cientes de que não há transformações sociais sem dificuldades, que o progresso não é linear, mas sim feito de avanços e recuos, e seguros de que o que vale a pena não se alcança sem dura luta.

Deixo as minhas funções de Presidente do MPD de cabeça erguida, contrariamente aos desejo expresso dos que me pretendem destruir, consciente de ter feito tudo o que estava ao meu alcance para os sucessos do MPD e orgulhoso de ter dado ao MPD e a Cabo Verde, a quase totalidade da minha vida nos últimos dez anos. Mas nada reivindico.

Caros delegados

Já fizemos uma longa caminhada que só nos enaltece : mas é crucial que neste momento reunamos as forças e a energia de todos para assumirmos o desafio de garantir o futuro do nosso país e do MPD.

Ele exige que todos e cada um de vós assumam as suas responsabilidades porque o esforço exigido requer e precisa do concurso de todos.

Ainda se ouvem - e nos ultimos tempos mais - vozes que clamam por ou prometem um Estado todo poderoso e com recursos pretensamente ilimitados parabresolução instantânea de todos os problemas.

Mas todos sabemos, o povo de Cabo Verde sabe que não é assim !

A excessiva intervenção do Estado desemboca na opressão e na estagnação e os seus recursos são e serão limitados. A atitude de esperar que outrem, seja o Estado ou a ajuda internacional, resolva os nossos problemas e de alijar as nossas responsabilidades como cidadãos deste país está definitivamente ultrapassada. Na cooperação internacional, a caridade internacional desapareceu para países estáveis como Cabo Verde e a ajuda publica ao desenvolvimento cede rapidamente o passo ao comércio e investimento.

Por isso, repito, cabe a nós cabo-verdianos, assumir o desafio de garantir o nosso futuro. E cabe ao MPD, como referencia de milhares de cabo-verdianos, da maioria dos cabo-verdianos uma responsabilidade especial.

Por isso, o MPD deve reafirmar, renovar e reforçar os principios fundamentais que tem norteado a sua governação e o seu compromisso com Cabo Verde :

De cara levantada e com a consciencia tranquila do dever cumprido;
Com confiança plena no futuro de Cabo Verde, nos homens e mulheres de Cabo Verde e na democracia cabo-verdiana;
Com a satisfação de ter prometido e estar a cumprir
Com a humildade de aprender com os erros e os insucessos, mas com a vontade férrea e a determinação de ultrapassar e vencer todos os obstáculos e barreiras que se interponham na via do progresso de Cabo Verde;
Com a ambição única de continuar a servir Cabo Verde !

Estou reconhecido pelo enorme carinho e solidariedade nos momentos mais difíceis da tarefa de governar este país e manter o MpD suficientemente unido e coeso para realizar o seu mandato. Registo particularmente a demonstração da gente mais simples do MpD que não espera nada para si e só se orgulha de hoje viver num país de liberdade e que acredita que oportunidades para uma vida melhor serão criadas para todos.

Penso que a minha tarefa no MpD, agora que completou o seu papel histórico já terminou. A nova fase na vida do partido exigirá uma nova liderança a que desde já estendo toda a minha solidariedade.

Declaro aberta a V Convenção do MpD.